

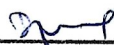
Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 381, DE 07 DE MARÇO DE 2024.

CERTIDÃO

Certifico que este ato foi publicado
no placar Oficial do Município.

Goiás-GO, 07, 03, 2024


Sec. Adm. e Finanças

Dorival Salomé de Aquino
Sec. Mun. Adm. e Finanças e
Gestor do Município de Goiás-GO

"Autoriza a realização de processo seletivo simplificado e/ou credenciamento para contratação temporária, conforme disposição do inciso XI do caput do art. 37 da constituição federal para atender excepcional interesse público, e dá outras providências"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÁS APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, o Poder Executivo poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, para as seguintes vagas:

CARGO/FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	CADASTRO DE RESERVA	SALÁRIO
Trabalhador Braçal	40 HORAS	15	35	R\$ 1.412,00

Atribuições: Trabalhar na confecção de blocos, pavers, meio fio e bloquetes, bem como na manutenção de vias públicas, incluindo colocação, recolocação e organização de blocos/bloquetes; serviços de coleta de resíduos, de limpeza e conservação de áreas e prédios públicos, coleta resíduos domiciliares e resíduos coletados nos serviços de limpeza e conservação de áreas públicas. Conservar as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Preservar vias públicas (varrer sarjetas e calçadas, varrer calçadas, amontoar detritos e folhagem, acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos, empurrar carrinho – recolher e ensacar animais mortos, solicitar remoção de entulho; Conservar áreas públicas (rastelar, roçar, capinar, lavar áreas públicas; pintar guias, postes, viadutos, muretas, etc; remover faixas e cartazes; recolher lixo espalhado e demais atividades correlatas previstas em lei.

Art. 2º O recrutamento de pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado ou credenciamento, dentro de critérios estipulados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e sujeito a ampla e prévia divulgação.

Art. 3º O recrutamento deverá recair preferencialmente, em pessoas que não possuam vínculo funcional com a administração Direta e Indireta da União, Estados, Municípios ou Distrito Federal, vedada a contratação de servidores que importe em acumulação não permitida constitucionalmente.

**Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito**

Art. 4º Os contratos somente poderão ser firmados com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º Deverá conter no processo de contratação objeto desta Lei:

- I. cópia do ato administrativo;
- II. o contrato devidamente assinado pelas partes, constando, no mínimo:
 - a) qualificação das partes (endereços, nº de inscrição do CNPJ/CPF, CI do contratado, etc.);
 - b) cópia desta Lei;
 - c) função;
 - d) valor total e mensal da remuneração;
 - e) datas de início e término do contrato;
 - f) regime jurídico;
 - g) dotação orçamentária para acudir a despesa;
 - h) demonstração de atendimento dos artigos 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
 - i) cópia dos documentos pessoais do contratado, de sua habilitação profissional, certidão de quitação para com o serviço militar e certidão atestando a regularidade de contratação, expedida pela Secretaria de Controle Interno.

Art. 6º Ao pessoal contratado, nos termos desta Lei:

- I. será aplicado o regime geral de previdência social;
- II. não poderão ser cometidas atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
- III aplicam-se, no que couberem, as disposições estatutárias que forem pertinentes a cada caso, relativamente aos seguintes institutos:
 - a) 13º salário;
 - b) carga horária diária e semanal;
 - c) férias;
 - d) diárias, horas extras e gratificações.

Parágrafo único. Não havendo a necessidade de cumprir a jornada, inicialmente fixada, o contratado receberá remuneração proporcional à carga horária efetivamente laborada.

Art. 7º O contrato firmado nos termos desta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenização:

- I. pelo término do prazo contratual;
- II. por iniciativa do contratante, nos casos:
 - a) de prática de infração disciplinar;



**Gestão 2021/2024
Gabinete do Prefeito**

- b) de conveniência da Administração;
 - c) de o contratado assumir o exercício de cargo ou emprego incompatível com as funções do contrato;
 - d) em que o recomendar o interesse público.
- III. por iniciativa do contratado

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÁS/GO, aos 07 dias do mês de março do ano de 2024.



ADERSON LIBERATO GOUVEA

Prefeito
Aderson Liberato Gouvea
Prefeito de Goiás